

RAE

Reunião de Análise da **Estratégia**

Realização:

Comitê de Governança e Estratégia

Com apoio da **Secretaria de Governança e Gestão Estratégica**

11 | Março | 2024

TEMÁTICA DA REUNIÃO

Promoção do Trabalho Decente e da Responsabilidade Social



Pauta da Reunião

01

Desempenho da Gestão em 2023

Apresentação dos principais resultados e do desempenho das metas institucionais e nacionais

02

Premio CNJ de Qualidade

Processos participativos de Metas Nacionais para 2025

03

Programa de Parcerias Institucionais

Coordenadoria de Cerimonial e Eventos

04

Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem

Gestora Regional do Programa

05

Programa Permanente de Inovação

LIODS/Núcleo de Inovação



Alinhamento Estratégico

MODELO DE GESTÃO ESTRATÉGICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Conselho Superior da
Justiça do Trabalho - CSJT
Resolução CSJT nº 260/2020 (Modelo de Gestão)
Ato CSJT.GP.SG 34/2021 (Plan. Estratégico)

DESDOBRAMENTOS INTERNOS

NÍVEL TÁTICO

Plano de Diretrizes da Gestão
PDG 2023-2024

ESTRATÉGIA NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO

Conselho Nacional de Justiça - CNJ
Resolução CNJ nº 325/2020

ESTRATÉGIA REGIONAL DO TRT8

Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região
Resolução nº 049/2021

➤ **NÍVEL ESTRATÉGICO**
Objetivos Estratégicos

➤ **NÍVEL OPERACIONAL**

Programas, projetos e planos de ação



Sistema de Planejamento do TRT8





- ✓ 10 Objetivos
- ✓ 18 Metas
- ✓ 30 Iniciativas Estratégicas

Define o melhor caminho a ser seguido pelo TRT da 8ª Região.

Resultados das Metas Institucionais em 2023

Meta 1

Índice de Processos Julgados

95,04%

Meta: 100%

Cumprimento da Meta



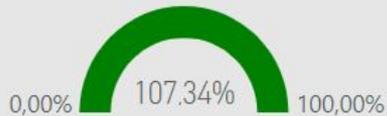
Meta 2

Índice de Processos Antigos Julgados

99,83%

Meta: 93%

Cumprimento da Meta



Meta 3

Índice de Conciliação

44,56%

Meta: 47,52%

Cumprimento da Meta



*Cumprindo a Meta pela Cláusula de Barreira

Meta 5

Taxa de Congest. Líquida Não Fiscal

31,40%

Meta: 33,93%

Cumprimento da Meta



Meta 9

Índice de Inovação*

100,00%

Meta: 100%

Cumprimento da Meta



Meta 11

Índice de Combate ao Trabalho Infantil*

100,00%

Meta: 100%

Cumprimento da Meta



Meta 12

Índice de Promoção da Saúde de
Majistrados e Servidores*

100,00%

Meta: 100%

Cumprimento da Meta



Principais Resultados da Gestão

Nossos Recursos	Aplicados aos nossos processos	Resulta em
<p>Despesa Total: R\$ 774.037.969,65</p> <ul style="list-style-type: none">Recursos Humanos: R\$ 737.554.835,00Outras Despesas: R\$ 36.483.134,65	 <p>APLICADOS AOS NOSSOS PROCESSOS</p> <p>PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL TRABALHISTA</p>	<p>SELO DIAMANTE, concedido pelo Prêmio CNJ de Qualidade 2023 pelo segundo ano consecutivo.</p> 
<p>Força de Trabalho (Total = 1.818)</p> <ul style="list-style-type: none">Magistrados: 111 (6,1 %)Servidores Efetivos, Requisitados, Comissionados: 1.258 (69,2 %)Força de Trabalho Auxiliar: 449 (24,7 %)	 <p>PLANEJAMENTO E GESTÃO</p>	<p>100% no IPC-JUS 2022 1º LUGAR entre os TRTs de médio porte.</p> <p>100% das Metas Nacionais do Poder Judiciário cumpridas.</p> <p>82,35% das Metas Institucionais cumpridas. 3 metas não cumpridas.</p> <p>4 Varas entre as 50 melhores da Justiça do Trabalho. 36 Varas no quartil das melhores em desempenho.</p> <p>93,66 % de pontuação no <i>Ranking</i> da Transparência de 2023</p>

INDICADOR	META		META 2023	RESULTADO 2023
Ranking da Transparência do Poder Judiciário	1. Alcançar 100% no Ranking da Transparência do Poder Judiciário, até dezembro de 2026	↑	95%	93,66%
Nível de Maturidade Global de Riscos	09. Alcançar o patamar de "avançado" no nível de maturidade global de riscos, até dezembro de 2026.	↑	Intermediário	12,1% Inicial
Índice de absenteísmo de magistrados e servidores	16. Alcançar, anualmente, no máximo 2% do índice de absenteísmo de magistrados e servidores.	↓	2%	2,04%

Ações:

- Projeto do Ranking da Transparência 2024 está em andamento;
- Rodar uma avaliação da maturidade de riscos em 2024;
- Análise do índice de absenteísmo pela CODSA, SEGEP, COEPP, DIEST e SEGES.



- O CNJ informa do Debate Inicial sobre as Metas
 - **1ª Reunião Preparatória** - analisa a estratégia nacional do Poder Judiciário, trazendo ao debate temas que serão relevantes para o próximo exercício.
 - **Proposta Inicial de Metas (PIME)** - é a referência para a realização dos processos participativos dentro de cada segmento.



- **Processos participativos** - Cada tribunal desenvolve processos participativos para manifestação de magistrados e servidores, integrantes de áreas técnicas, associações de classe e da sociedade.
- **Na etapa participativa é muito importante o envolvimento de magistrados e servidores.**
- Após a etapa participativa, a proposta é encaminhada à Rede de Governança Colaborativa.





Consolidação da Proposta do Segmento de Justiça

2ª Reunião preparatória do Poder Judiciário - ao final os representantes de cada segmento apresentam ao CNJ suas propostas de Metas Nacionais.



Análise do CNJ segundo os macrodesafios, resultados estatísticos, diagnósticos do poder judiciário e séries históricas dos desempenhos anteriores.

- Nessa etapa o CNJ faz os ajustes das metas para aprimorar e uniformizar os segmentos.

Consulta Pública



As propostas são submetidas à consulta pública no portal do CNJ



Compilação e análise por critérios técnicos



Proposta final de Metas Nacionais

Votação e definição das Metas



NOVEMBRO/DEZEMBRO



Presidentes no ENPJ votam e aprovam as Metas Nacionais

- Todo esse processo é conduzido por uma Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário (Res. CNJ 59/2019) - formado pelo Comitê Nacional e os Comitês dos Segmentos de Justiça. Cada tribunal possui representantes:
 - Gestor de Metas - Presidente do TRT8;
 - Titular da unidade de gestão estratégica.
- O último encontro ocorreu em Salvador e aprovou as Metas Nacionais de 2024.
- Na ocasião também é anunciado o resultado do Prêmio CNJ de Qualidade.





Art. 9º, II - Gestão participativa na elaboração das metas nacionais (60 pontos)

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio da resolução CNJ nº 221/2016, instituiu princípios de gestão participativa e democrática na elaboração das metas nacionais do Poder Judiciário e das políticas judiciárias do CNJ;

O TRT da 8ª Região logo que receber as orientações do CNJ irá realizar reuniões e consultas públicas para discussão das propostas de metas nacionais para 2025, encaminhadas pelo CNJ e pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), voltadas para os públicos externo e interno;

Essas ações possibilitam que magistrados(as), servidores(as), advogados(a) e a sociedade em geral participem no processo de formulação das metas nacionais;

Além disso, é uma item de avaliação no **Prêmio CNJ de Qualidade**, onde para pontuarmos temos que ter **30% da participação de magistradas e magistrados e 30% da participação de servidoras e servidores.**



- Durante a abertura do ano judiciário, foi realizada a **Oficina Justiça Conectada 2025**.
- Participaram **mais de 30 magistrados**.
- Foram debatidas as metas de 2024 e durante a oficina várias propostas elaboradas para que sejam submetidas no Processo Participativo de Elaboração de Metas Nacionais para 2025.



- **Meta 1 – Julgar mais processos que os distribuídos**
 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.
- **Meta 2 – Julgar processos mais antigos**
 - pelo menos, 93% dos processos distribuídos até 31/12/2022, nos 1º e 2º graus e 98% dos processos pendentes de julgamento há 4 anos (2020) ou mais.
- **Meta 3 – Estimular a conciliação**
 - Aumentar o índice de conciliação em 0,5 ponto percentual em relação à média do biênio 2021/2022 ou alcançar, no mínimo, 38% de conciliação.
- **Meta 5 – Reduzir a taxa de congestionamento**
 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2023.
 - Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40%.
 - Cláusula de barreira na fase de execução: 65%



- **Meta 9 – Estimular a inovação no Poder Judiciário**
 - Implantar, no ano de 2024, **dois** projetos oriundos do laboratório de inovação, de cujo desenvolvimento tenha participado pelo menos um laboratório de outro tribunal, com avaliação de benefícios à sociedade e relacionados à Agenda 2030.
- **Meta 11 – Promover os direitos da criança e do adolescente**
 - Promover pelo menos uma ação visando o combate ao trabalho infantil e estímulo à aprendizagem.



O Prêmio CNJ de Qualidade (Portaria CNJ nº 353/2023) é uma técnica de Gamificação, que na prática aplica mecânicas de jogos em diversas áreas, como negócios, saúde e vida social. O principal objetivo é aumentar o engajamento e, além dos desafios propostos, as recompensas também são itens cruciais para o sucesso.



Eixo Temático	Artigo	Pontuação do Prêmio
TRANSPARÊNCIA	Art. 11	120
PRODUTIVIDADE	Art. 10	425
GOVERNANÇA	Art. 9	405
DADOS E TECNOLOGIA	Art. 12	569
Total		1519

Os principais elementos da Gamificação são:

1. **Regras:** Regulamento do Prêmio CNJ de Qualidade;
2. **Desafio:** Atendimento dos critérios do regulamento no tempo para cumprimento.
3. **Resultados:** Alcançe de metas e índices, cumprimento de normas, implementação de políticas, aperfeiçoamento de práticas, melhoria dos dados, melhoria da transparência, etc.
4. **Recompensas:** Selo de qualidade. Novos cargos, mais orçamento, mais autorizações de provimentos, melhoria em outros índices, tais como ranking da transparência, IPC-Jus, iGest, conciliação, ranking da sustentabilidade, etc.)
5. **Continuidade** - aprendizado, manter esses resultados.



Para reconhecer o empenho dos servidores no alcance dos resultados do Prêmio CNJ de Qualidade, o TRT8 publicou o Ato Conjunto PRESI/VIPRE/CR n.º 3/2023, que estabelece critérios para concessão de folgas. Pelo o alcance nas categorias:

- 3 dias de folga para se o Tribunal ganhar na categoria **Excelência**;
- 2 dias de folga se o Tribunal seja ganhar na categoria **Diamante**;
- 1 dia de folga se o Tribunal ganhar na categoria **Ouro**.



Cumulativamente, pelo cumprimento das metas do eixo de produtividade:

- até 5 (cinco) dias de folga para servidores(as) lotados(as) na **área judiciária** que alcançarem as metas judiciárias.
- até 5 (cinco) dias de folga para servidores(as) lotados(as) na **área administrativa** que alcançarem as metas administrativas de forma cumulativa, percentual superior a 90% de pontos nos eixos “governança”, “dados e tecnologia”, bem como alcance percentual superior a 90% no Ranking da Transparência.



O total de folgas pode chegar a 8 dias.

Como acompanhar o desempenho do prêmio?

[Painel de Monitoramento do Prêmio CNJ de Qualidade do TRT8](#)

O Projeto Excelência tem como objetivo o alcance do Selo Excelência de Qualidade.

- Já foram realizadas reuniões com todas as áreas, sejam unidades ou colegiados, assim como seus gestores, que estão envolvidos em requisitos da premiação;
- Itens relacionados a produtividade das unidades judiciárias e órgãos colegiados estão sendo abordados nas correições e reuniões dos órgãos colegiados;
- Foi desenvolvido um painel de BI para monitoramento do cumprimento dos requisitos e estimar como estamos no alcance da premiação máxima;
- A atuação junto às unidades para alcançar os melhores resultados continuará;
- Vamos focar agora em melhorar os resultados de:
 - Índice de Atendimento à Demanda;
 - Índices de Conciliação;
 - Taxa de Congestionamento Líquida;
 - Processos mais antigos.

Art. 10, V (60 pontos)



Meta 1

Julgar mais processos que os distribuídos

20 pontos



Meta 2

Julgar processos mais antigos

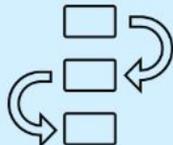
20 pontos



Meta 3

Estimular a conciliação

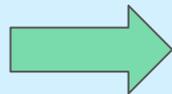
10 pontos



Meta 5

Reduzir a taxa de congestionamento

10 pontos



**Total de 60 Pontos
Metas Nacionais de
Produtividade**

Pontuação é com base no cumprimento das metas no ano de 2023.

Apuração pelos dados do Datajud.

Foco agora é no cumprimento das Metas Nacionais de 2024.

Art. 10, II (50 Pontos)	Pontuação	Período de Referência
<p>Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida</p> <p>Meta: redução a partir de 2 pontos percentuais ou taxa de congestionamento líquida igual ou abaixo de 25%.</p>	<p>Pelo CNJ, com base nos dados obtidos do DataJud. São excluídos os processos em fase de execução.</p> <p>Consideram-se os processos de primeiro e segundo graus, juizados especiais e turmas recursais, quando couber.</p>	<p>A variação da taxa de congestionamento será calculada pela diferença do indicador, em números absolutos, entre o percentual avaliado no período base de 1º/8/2023 a 31/7/2024 menos o percentual medido de 1º/8/2022 a 31/7/2023.</p>

Onde acompanhar?

HórusJud

Art. 10, III (50 pontos)	Pontuação	Período de Referência
<p>Tempo médio de duração dos processos pendentes líquidos.</p> <p>Meta: até 200 dias</p>	<p>a) de acordo com metodologia do indicador de “Tempo médio dos processos pendentes líquidos” (ou seja, excluídos os suspensos ou sobrestados ou em arquivo provisório, bem como os períodos em que os processos permaneceram em tais situações);</p> <p>b) que pertençam às classes do grupo de “casos novos” da Parametrização do DataJud, com natureza de “Conhecimento”;</p> <p>c) todos os graus de jurisdição.</p>	<p>Indicador de tempo médio dos processos pendentes líquidos, exceto os de natureza de execução, em 31/7/2024.</p>

Onde acompanhar?

HórusJud

Art. 10, VI (50 pontos)	Pontuação	Período de Referência
<p>Julgar ou baixar os processos mais antigos.</p> <p>Meta: Os processos ingressados até o ano de 2021 representem:</p> <p>a) até 2% dos casos pendentes líquidos e não julgados até 31/7/2024</p> <p>São os processos em tramitação e ainda não baixados.</p>	<p>a) de acordo com metodologia do indicador de “casos pendentes líquidos” (ou seja, excluídos os suspensos ou sobrestados ou em arquivo provisório) e que nunca tenham recebido alguma situação de “julgamento”;</p> <p>b) que pertençam à Parametrização do DataJud com natureza de “Conhecimento”;</p> <p>c) observada a data de início da ação segundo a mesma metodologia utilizada nos casos novos.</p>	<p>Serão considerados os casos pendentes líquidos em 31/7/2024 e não julgados até 31/7/2024, segundo a data de início da ação, conforme parametrização do DataJud</p>

Onde acompanhar?

HórusJud

Art. 10, XIII (50 pontos)	Pontuação	Período de Referência
<p>Unidades judiciárias com IAD acima de 100%.</p> <p>Meta: Percentual de unidades judiciárias com IAD acima de 100%</p> <p>a) (Percentual de unidades judiciárias de primeiro grau com IAD igual ou maior que 100%) × 30 (30 pontos);</p> <p>b) (Percentual de unidades judiciárias de segundo grau, com IAD igual ou maior que 100%) × 20 (20 pontos).</p>	<p>São considerados os processos, segundo a parametrização do DataJud:</p> <ul style="list-style-type: none">a) de acordo com metodologia do indicador de “Índice de Atendimento à Demanda (IAD)” calculado por unidade judiciária;b) o cálculo do IAD da unidade judiciária é obtido pela soma dos (processos baixados + remetidos para outras unidades judiciárias) dividido pela soma dos (processos novos + recebidos de outra unidade judiciária).c) são considerados os processos de natureza de “Conhecimento” e de “Execução”.	<p>Será considerado o IAD calculado referente ao período de 1º/8/2023 a 31/7/2024.</p>

Onde acompanhar?

HórusJud

Indicadores

Art. 10, IV (40 pontos)

Pontuação aferida pelo CNJ, com base nos dados obtidos do DataJud e conforme parametrização do regulamento do “Prêmio Conciliar é Legal 2023”, Portaria CNJ nº 91/2023.

Serão consideradas os dados atualizados e calculados pelo DataJud no período de 1º/8/2023 a 31/7/2024.

Como alcançar: participação nas ações e repetir boas práticas?



Art. 10, IV (10 pontos)	Pontuação	Período de Referência
<p>Índices de Conciliação e de Composição de Conflitos.</p> <p>a) Indicador I – total de audiências de conciliação e mediação realizadas na fase pré-processual e na fase de conhecimento, em relação à soma de procedimentos pré-processuais recebidos e de casos novos de conhecimento não criminais (10 pontos).</p> <p>a.3) Justiça do Trabalho – a partir de 25,0%;</p>	<p>Pelo CNJ, com base nos dados obtidos do DataJud e conforme parametrização do regulamento do “Prêmio Conciliar é Legal 2023”, Portaria CNJ nº 91/2023.</p>	<p>Serão consideradas os dados atualizados e calculados pelo DataJud no período de 1º/8/2023 a 31/7/2024.</p>

Onde acompanhar?

HórusJud

Conciliações

Art. 10, IV (10 pontos)	Pontuação	Período de Referência
<p>Índices de Conciliação e de Composição de Conflitos.</p> <p>b) Indicador III – total de processos com sentenças e decisões terminativas homologatórias de acordo, em relação ao total de processos com sentenças e decisões terminativas, considerando os processos de conhecimento não criminais de primeiro grau e juizados especiais (10 pontos):</p> <p>b.3) Justiça do Trabalho – a partir de 40,0%;</p>	<p>Pelo CNJ, com base nos dados obtidos do DataJud e conforme parametrização do regulamento do “Prêmio Conciliar é Legal 2023”, Portaria CNJ nº 91/2023.</p>	<p>Serão consideradas os dados atualizados e calculados pelo DataJud no período de 1º/8/2023 a 31/7/2024.</p>

Onde acompanhar?

HórusJud

Conciliações

Art. 10, IV (10 pontos)	Pontuação	Período de Referência
<p>Índices de Conciliação e de Composição de Conflitos.</p> <p>c) Indicador IV – total de processos com sentenças e decisões terminativas homologatórias de acordo, em relação ao total de processos com sentenças e decisões terminativas, considerando os processos de conhecimento não criminais de segundo grau e de turmas recursais (10 pontos).</p> <p>c.3) Justiça do Trabalho – a partir de 2,50%;</p>	<p>Pelo CNJ, com base nos dados obtidos do DataJud e conforme parametrização do regulamento do “Prêmio Conciliar é Legal 2023”, Portaria CNJ nº 91/2023.</p>	<p>Serão consideradas os dados atualizados e calculados pelo DataJud no período de 1º/8/2023 a 31/7/2024.</p>

Onde acompanhar?

HórusJud

Conciliações

Art. 10, IV (10 pontos)	Pontuação	Período de Referência
<p>Índices de Conciliação e de Composição de Conflitos.</p> <p>e) Indicador VII – total de processos não criminais com sentenças em execução judicial ou em cumprimento de sentença homologatórias de acordo, em relação ao total de processos não criminais com sentenças em execução judicial ou em cumprimento de sentença (10 pontos).</p> <p>e.3) Justiça do Trabalho – a partir de 20,0%.</p>	<p>Pelo CNJ, com base nos dados obtidos do DataJud e conforme parametrização do regulamento do “Prêmio Conciliar é Legal 2023”, Portaria CNJ nº 91/2023.</p>	<p>Serão consideradas os dados atualizados e calculados pelo DataJud no período de 1º/8/2023 a 31/7/2024.</p>

Onde acompanhar?

HórusJud

Conciliações

Onde esses indicadores impactam?



ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE
COMPARADA (IPC-JUS)
(90 pontos)



TAXA DE CONGESTIONAMENTO
LÍQUIDA
(50 pontos)



ÍNDICE DE ATENDIMENTO
À DEMANDA
(50 pontos)



TEMPO MÉDIO DE TRAMITAÇÃO
DOS PROCESSOS PENDENTES
LÍQUIDOS
(50 pontos)



JULGAR PROCESSOS
ANTIGOS
(50 pontos)

Justiça
em números

1ªRAE

Diretriz 1

**Promoção do Trabalho Decente e da
Responsabilidade Social**

Diretriz 2

Reconhecimento e Valorização das Pessoas

Diretriz 3

Aprimoramento da Produtividade Judiciária

Diretriz 1

Fortalecimento da Governança e da Gestão

Diretriz 1 - Promoção do Trabalho Decente e da Responsabilidade Social

Diretriz 1: Promoção do Trabalho Decente e da Responsabilidade Social		
Objetivos Estratégicos relacionados	Responsável	
Fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais	Desembargador Presidente	
Promover o trabalho decente e a sustentabilidade	Desembargador Gestor Regional do Programa Trabalho Seguro	
Indicador de Desempenho	Meta	
	2023	2024
Índice de Integração da Agenda 2030 ao Poder Judiciário (IIA2030)	100%	100%
Iniciativas Priorizadas	Gestor	Prazo
Programa de Parcerias Institucionais	CORAS/SeAMB	12/2024
Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem	Gestora Regional	12/2024
Programa Permanente de Inovação	COEPP	12/2024

Apresentação das Iniciativas desta RAE

01

Programa de Parcerias Institucionais

Gestor: Chefe da DIAIS/Coordenadora da COCER

02

Programa de Combate ao Trabalho Infantil

Gestora: Coordenadora do Programa

03

Programa Permanente de Inovação

Gestor: Coordenador do LIODS/COEPP



Feito

Informar as
atividades
que foram
realizadas

Fazendo

Informar as
atividades
que estão
sendo feitas

A Fazer

Informar as
atividades
pendentes do
projeto

02

PROGRAMA DE COMBATE AO TRABALHO INFANTIL E DE ESTIMULO À APRENDIZAGEM



Proad nº 201/2022

Objetivo

Fortalecer o Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem com o objetivo de desenvolver ações em prol da erradicação do trabalho infantil no Brasil e da adequada profissionalização do adolescente, alinhadas aos ODS da ONU.

Feito - PROJETOS

Padrinho Cidadão

A Coruja vai aos Bairros e Quer Saber: Qual é a Moral?

Elo da Solidariedade Empresarial em Prol da Adolescência

Ninho da Coruja sem Trabalho Infantil

Conhecer Belém

Têm Crianças Precisando de Nós!

O Trabalho Infantil Sob as Lentes do Trabalhador Infantil

Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem

Judiciário Fraternal

Cineclube Catavento (TRT8 e UFPa)

Acordes Sem Trabalho Infantil

Solução Informatizada para Denúncias Contra o Trabalho Infantil

Brincando é que se Aprende: uma Jornada pela Constituição e pelo ECA

Feito - Algumas Campanhas do Programa

2014 – Campanha “Cartão Vermelho ao Trabalho Infantil”;

2015 em diante – Campanha “Círio de Nazaré”;

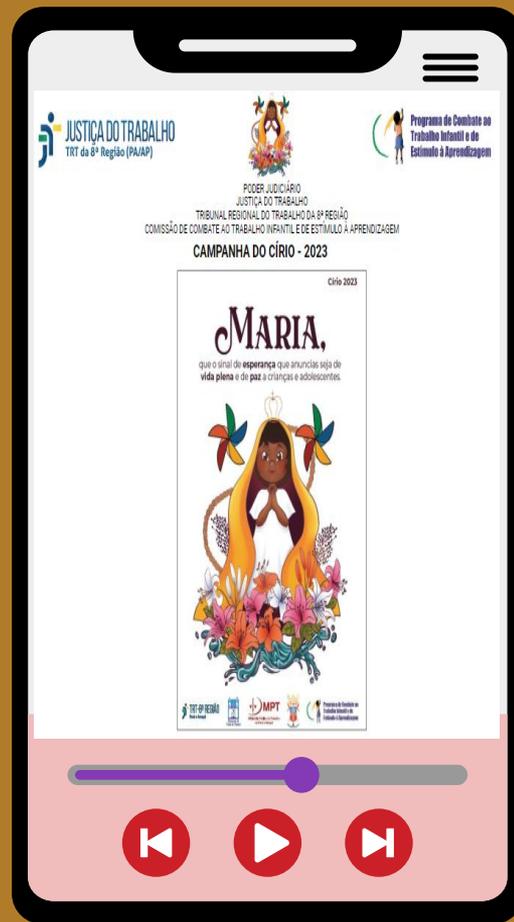
2015 e 2019 - Campanha “Blitz de Conscientização”;

2020 - Campanha “Arrecadação de produtos de higiene, limpeza (álcool gel, sabão) e máscaras;

2021 e 2022 – Campanha “Vacinação contra COVID-19” - #minhacriançavacinada;

- Campanha “SOS AMAPÁ” – arrecadação e remessa de água e alimentos (APAGÃO no estado);
- Adesão Campanha “SOS AMAZONAS” (parceria MPT8);
- Campanha #TODACRIANÇAÉNOSSACRIANÇA;
- Campanha “Apoio emissão título de eleitor de adolescentes e jovens”;
- Campanha papel A4 em Mosqueiro/PA.

2023 – Judiciário Fraterno no Campo - 600 kits de material escolar em Mosqueiro/PA.



Feito - PALESTRAS

Muitas palestras ministradas sobre trabalho infantil e aprendizagem por todo o Brasil (TST, TRTs, Universidades, escolas e outros): foram 40 palestras somente em 2023.

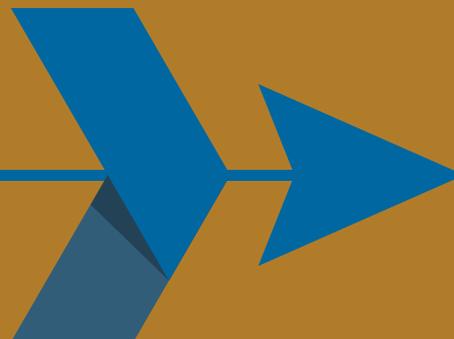


Feito - RESULTADOS

Parceria com 120 escolas públicas de Belém e região metropolitana.

Mais de 2.000 adolescentes inseridos na aprendizagem.

Mais de 20.000 crianças e adolescentes participaram de cursos de formação e outras atividades (esportivas, culturais, etc.)



Mais de 150.000 benefícios diretos e indiretos (cursos, inserção na aprendizagem, acompanhamento semanal, apoio às famílias e atingidos com as Campanhas, etc.

Conscientização de milhares de pessoas nas duas grandes marchas de Belém contra o trabalho infantil (30.000 e 200.000 pessoas) e nas Campanhas Círio de Nazaré (em torno de 1 milhão de pessoas anualmente).

Desde a inauguração do espaço da DINFA, em 07/06/2023 até o final do ano, o Laboratório de Informática da DINFA foi utilizado para 09 eventos de cursos, palestras e encontros, beneficiando mais de 380 pessoas entre crianças, jovens e adultos.



Fazendo

Projeto
**Judiciário
Fraterno**

Projeto
**Acordes sem
Trabalho Infantil**

Projeto
Supercatavento

Projeto
**Brincando é que
se Aprende: Uma
Jornada pela
Constituição e
pelo ECA**

Projeto
**Solução
Informatizada
para Denúncias
Contra o Trabalho
Infantil**

Em Belém e 6 Sub-Regiões:

Macapá, Santarém, Marabá, Parauapebas, Xinguara e Paragominas

Fazendo - Judiciário Fraterno

TRT-8ª REGIÃO
Pará e Amapá



Belém-PA



Mosqueiro-PA



Ananindeua-PA



Cutias do Araguari-AP



Marabá-PA



Santarém-PA

Projeto
Judiciário
Fraterno

Fazendo - Acordes sem Trabalho Infantil



Visita da cantora Lia Sophia às instalações do Projeto Acordes sem Trabalho Infantil, na Sede do TRT8

Belém-PA

Belém-PA

Projeto
**Acordes sem
Trabalho
Infantil**

Fazendo - Proj Super Catavento

TRT-8ª REGIÃO
Pará e Amapá



Belém-PA



Belém-PA



Marabá-PA



Círio de Nazaré



Projeto Super
Catavento

Fazendo - Proj Brincando é que se Aprende: Uma Jornada..



Projeto
Brincando é que
se Aprende: Uma
Jornada pela
Constituição e
pelo ECA

Além dos programados, outros Projetos podem ser idealizados e desenvolvidos durante o ano. Tudo depende da realidade que identificarmos nas visitas às comunidades carentes e também com base nas demandas que chegam à **CETI-TRT8** por suas lideranças.

A Fazer



O Programa de 2025 será elaborado em dezembro deste ano, de acordo com a realidade e as necessidades vivenciadas pelas gestoras do Programa nas comunidades assistidas (25 bairros da grande Belém nas 6 sub-regiões).



PROGRAMA DE PARCERIAS INSTITUCIONAIS



Proad nº 196/2022

- Prospectar e desenvolver parcerias com instituições públicas e privadas para promover o alcance dos objetivos, metas e iniciativas do Plano Estratégico do TRT8.

- Sustentabilidade em Rede
 - Mutirões de cidadania
 - Cursos e capacitações



- VIII Encontro Nacional de Sustentabilidade da Justiça do Trabalho

Oficina para construção da Política de Sustentabilidade.

Acordo de Cooperação para tratar da COP 30.



- Diversidade e Trabalho
 - Realização da primeira turma do Projeto Empregabilidade e Diversidade.
 - Parceria: MPT e Unama. Projeto finalista na categoria Inovação Social do Judiciário Exponencial.
 - Dezoito pessoas formadas no curso de Auxiliar de Cozinha e encaminhadas ao mercado de trabalho.



FEITO

- Acordo de Cooperação Técnica com a Defensoria Pública do Estado do Amapá para compartilhamento de conhecimentos.
- Acordo de Cooperação Técnica com Universidade Federal do Amapá para promoção de inclusão digital e social.
- Celebração do PopRuaJud com TJPA e TRE.

- Parceria institucional com Tribunal de Justiça do Amapá para destinação sustentável de documentos sensíveis.
- Promoção da empregabilidade e sensibilização de empresas para o Projeto Diversidade e Empregabilidade, inclusive para formação de novas turmas.

- Promoção de parceria com cooperativas de catadores para destinação adequada de resíduos e promoção do trabalho decente.
- Parcerias com outros Tribunais Regionais do Trabalho para compartilhamento do PLSA – Sistema de Apuração de Indicadores de Sustentabilidade e Acessibilidade desenvolvido pelo TRT8.

PROGRAMA PERMANENTE DE INOVAÇÃO



Proad nº 6689/2021

Objetivo

Desenvolver e implementar o Programa Permanente de Inovação (INOVA-TRT8), que abrange o Laboratório de Inovação, Inteligência e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (LIODS), com a finalidade de promover a cultura da inovação no TRT8.



O Plano de Contribuição

- Executar o Programa Permanente de Inovação aprovado para o biênio de 2023-2024.



Feito

- Oficina de Semana Institucional para Magistrados e Diretores, organizada pela EJUD8 (06/12)



- Oficina de Kanban e Gestão Visual para Diretores de Secretaria

- Oficina inspirada em evento do Agile Trends, ministrado pelo Aurora-lab do TJDFT



- Oficina de Kanban e Gestão Visual para Diretores de Secretaria



Feito

- 1ª Oficina Colaboratórios (TRT8, TJPA, TRE-PA) (09/01/2024)
- Super Matches



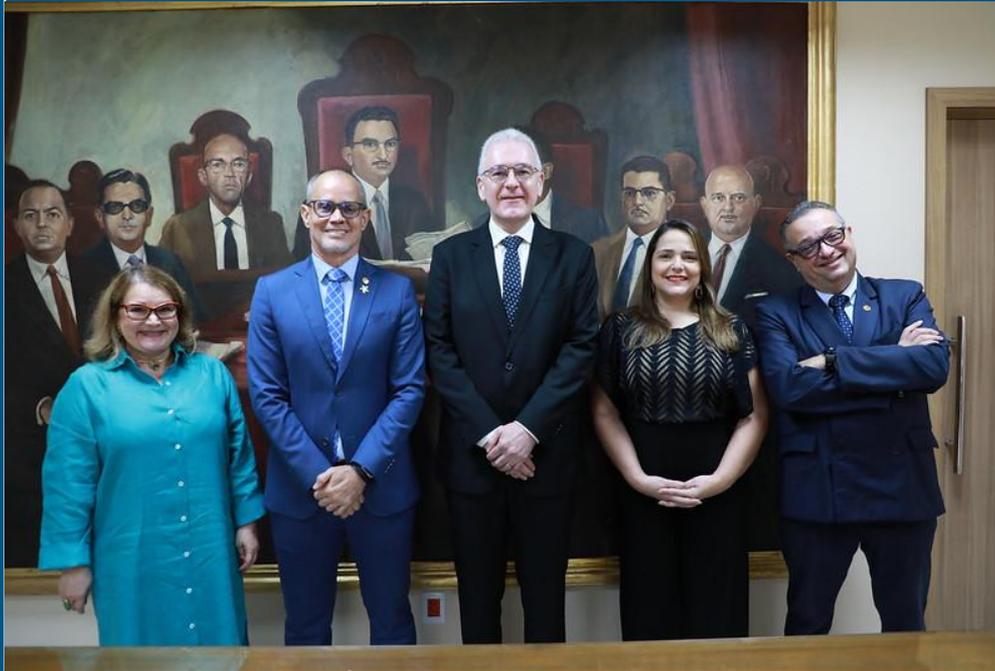
Oficina mapeia inovação em tribunais



- Oficina de Design Thinking de Conciliação (10/01/2024)



- Acordo Cooperação Técnica - UFPA (17/01/2024)



- 2ª Oficina Colaboratórios (TRT8, TJPA, TRE-PA) (18/01/2024)



Compartilhe



Em uma iniciativa inédita no Judiciário, a Justiça do Trabalho da 8ª Região (PA/AP) junto ao Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) e ao Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA) reuniram magistrados e servidores em uma oficina voltada ao debate de inovações que incentivem a melhoria da qualidade do atendimento e serviços oferecidos à sociedade. Os três tribunais participaram juntos da oficina Co-Laboratórios, promovida pelo laboratório de inovação do TJPA, que tem como objetivo promover a troca de experiências entre as três instituições em prol da cidadania.

Na quinta-feira, 18, foi realizado no Laboratório de Inovação, Inteligência e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (LIODS) do TRT-8 em Belém, o segundo encontro entre as três instituições para dar continuidade ao projeto. Estiveram presentes representantes dos laboratórios dos três tribunais: Lab Pai d'Égua do TJPA, Alceia I Lab do TRE-PA, e LIODS do TRT-8. O primeiro encontro ocorreu no último dia 9, no prédio-sede do Tribunal de Justiça do Pará.

Meta 9 - Implantar, no ano de 2024, dois projetos oriundos do laboratório de inovação, cujo desenvolvimento tenha participado pelo menos um laboratório de outro tribunal, com avaliação de benefícios à sociedade e relacionados à Agenda 2030;

1. Como os tribunais do Pará podem trabalhar em conjunto para fomentar a inovação?

Descrição: Desenvolver ações em conjunto ao longo do ano nos temas de inovação, desenvolvimento sustentável, ações sociais e demais temas relacionados a agenda 2030. O objetivo é aumentar a integração e propor o Pará como sede do encontro nacional de labs de inovação em 2025.

Meta 9 - Implantar, no ano de 2024, dois projetos oriundos do laboratório de inovação, cujo desenvolvimento tenha participado pelo menos um laboratório de outro tribunal, com avaliação de benefícios à sociedade e relacionados à Agenda 2030;

2. Como os tribunais podem criar plataforma para compartilhamento de dados para melhor servir ao jurisdicionado?

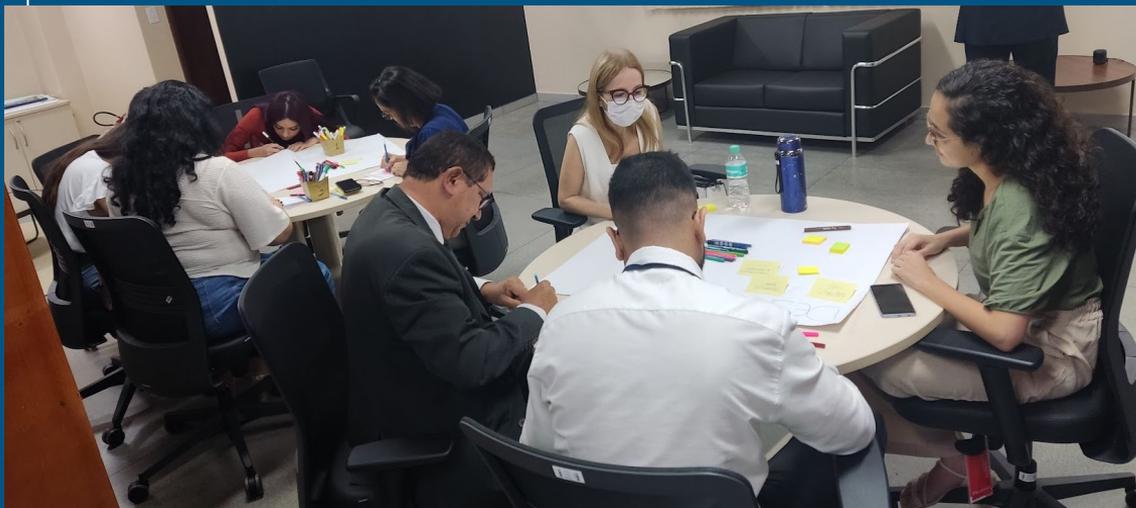
Descrição: Identificar e iniciar a integração de dados de interesse comum em uma única plataforma, denominada **Farol da Justiça**. Dados de população (eleitores), processos trabalhistas, ações de itinerância, PIDs, ações em varas de acidente de trabalho, denúncias de trabalho escravo e infantil e outros dados de interesse comum.

Primeira Fase: identificar e consolidar os dados.

Segunda fase: Desenvolver inteligência com a utilização dos dados.

Feito

- Oficina de Integração e Desenvolvimento para Gabinetes
- Des. Luis Ribeiro



- Abertura do Judiciário e do Ano Letivo (23/02/2024)



- Oficina Justiça Conectada (23/02/2024):
Gestão de Metas Participativas para 2025



- Oficina Justiça Conectada (23/02/2024):
Gestão de Metas Participativas 2025 pelos Magistrados

Prêmio CNJ Qualidade

Art. 9º, II, Gestão Participativa na elaboração das metas nacionais do Poder Judiciário, Resolução CNJ nº 221/2016 e Portaria CNJ nº 114/2016.

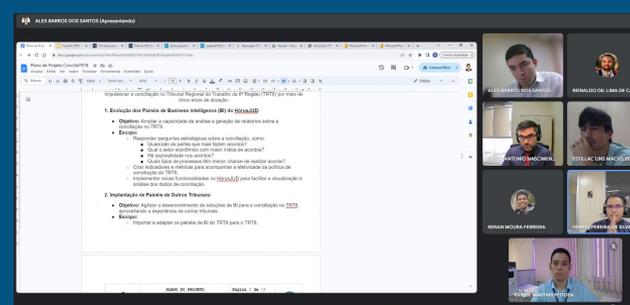
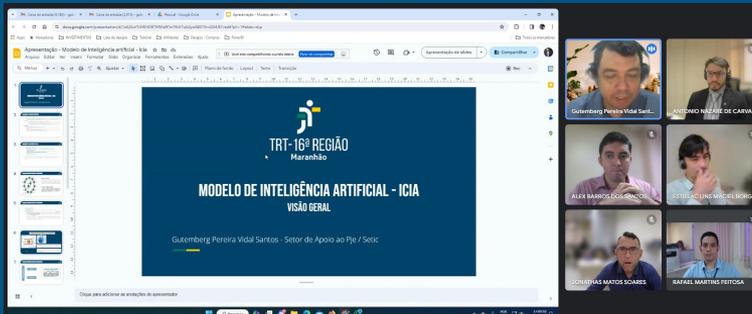
- 34 magistrados registraram presença.

Próximos passos:

- Relatório das sugestões e Segunda rodada com consulta aos magistrados fora da sede.
- Audiência Pública.

Fazendo

- Reuniões de soluções de IA para Conciliação
- TRT3, TRT4, TRT9, TRT12, TRT16



Fazendo

- Concilia TRT8

Integração com plugin +Ple

Novos processos

The screenshot shows a web application interface for managing legal processes. It features a sidebar with navigation icons and a main content area with a table of processes. The table has columns for 'Processo', 'Tarifa', 'Tema de Atividade', 'Data', and 'Responsável'. Each row includes a status indicator (green or red) and a small icon. A red circle highlights a specific process in the table, and a red arrow points to it from the right side of the screen.

The screenshot shows the Uai-Con dashboard, which provides a comprehensive overview of conciliations. It includes several key metrics and charts:

- Conciliações nas Vts:** 24,86% Conciliado, 75,14% Não conciliado. 15062 conciliações em 60344 oportunidades.
- Conciliações no CEJUSC1:** 55,42% Conciliado, 44,58% Não conciliado. 7831 conciliações em 14131 oportunidades.
- Conciliações no CEJUSC2:** 50,92% Conciliado, 49,08% Não conciliado. 5042 conciliações em 9901 oportunidades.
- Conciliações nas Vts por partes:** UNIAO FEDERAL (IPSF) 27.870 / 32.793.
- Conciliações no CEJUSC1 por partes:** UNIAO FEDERAL (IPSF) 441 / 564.
- Conciliações no CEJUSC2 por partes:** MINISTERIO PUBLICO 1.103 / 1.208.
- Quant. processos Filtros aplicados:** 277.360
- Pendentes no 1º Grau:** 234.735
- Pendentes no CEJUSC1:** 696
- Pendentes no 2º Grau:** 41.541
- Pendentes no CEJUSC2:** 388

- Incubação de Grupo de Trabalho sobre uso de IA



- Sondagem de pesquisa com ICEN/UFPA



- Março - Julho:

Projetos relacionados a metodologia e criação de cultura organizacional:

- 1- Projeto para Descentralização da inovação (Programa de embaixadores de inovação)
- 2- Projeto para Descentralização de Ações de Sustentabilidade. Foco nos IDS do prêmio CNJ. Redução do consumo de energia, água, papel e outras ações de redução de resíduos ou reciclagem.
- 3- Projeto de Linguagem Simples.
- 4- Oficinas para Mapeamento de Riscos Institucionais, controles e facilitadores de gestão de Riscos.

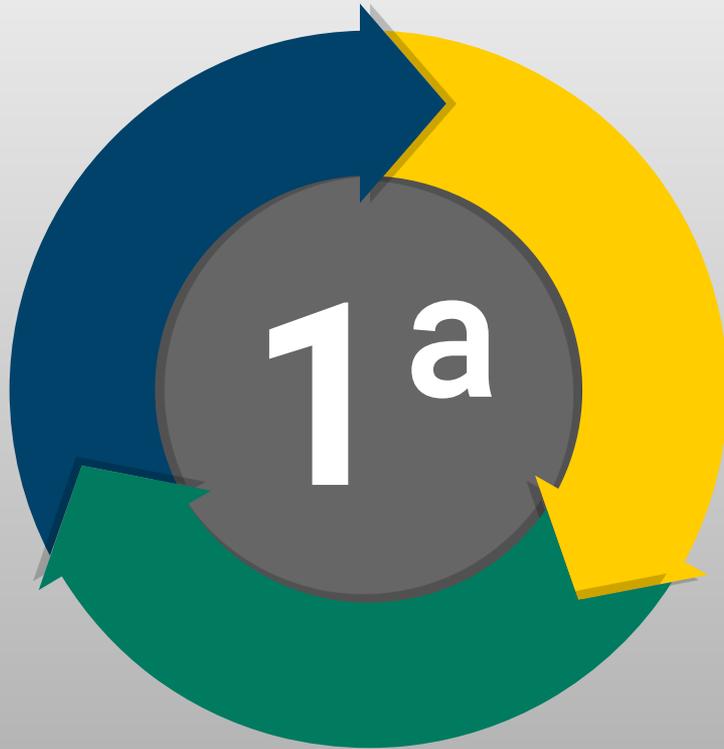


- Março - Julho:

Projetos relacionados a uso de tecnologia:

- 1- Robôs Solaria estão sendo disponibilizados para testes pela SETIN.
- 2 - Sistemas do Startup-JT (CSJT)
 - 2.1- Pauta Inteligente (Auxilia na organização de pauta)
 - 2.2- Argos Poupa Convênio (Auxilia na Execução)
- 3- Evolução do Acordo com UFPA:
 - IA para ler petição e indicar os Assuntos do Processos.
 - Estudo de Absenteísmo e o impacto na produtividade
 - Estudo das perícias e a duração processual.
 - Desenvolver Ferramenta Própria para LLM (trt8GPTs)





Obrigado

Reunião de Análise da **Estratégia**

Realização:

Comitê de Governança e Estratégia

Com apoio da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica

11 | Março | 2024